



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

PROCESSO MPF/PRGO - 1.18.000.002409/2017-27

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2017

A **UNIÃO**, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS**, mediante seu Secretário Estadual, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 34 e art. 41, XXIII, ambos do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR /MPF nº 382 de 05/05/15, combinado com a Portaria PR/GO nº 179 de 01/10/15, torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro deste órgão e sua equipe de apoio, instituídos pela Portaria PR/GO nº 214/2017, farão realizar na data, horário e local indicado licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **EXECUÇÃO INDIRETA**, em regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é a aquisição e instalação de Nobreak modular 60KVA de proteção em Sistemas de Energia para a Procuradoria da República em Goiás – PRGO. O procedimento licitatório obedecerá aos preceitos de direito público, mormente às disposições da Lei nº 10.520/02, da Lei nº 11.488/2007, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06 e alterações, do Decreto nº 6.204/07, do Decreto nº 8.539/15, do Decreto-Lei nº 200/67 e alterações, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/08, 01/10 e 02/10 e alterações, Instrução de Serviço nº 7/16 PR/GO e Lei 8.212/91, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, suas alterações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. CONDIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela *Internet*), dirigida pelo servidor no encargo de pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

1.2. Todas as referências de tempo estabelecidas neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

PROCESSO MPF/PRGO - 1.18.000.002409/2017-27

PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA: da data da publicação do aviso até o horário limite de início da sessão pública.

DATA DE ABERTURA: 23 de outubro de 2017.

HORÁRIO: 09:00h (horário de Brasília).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> UASG: 200066 – Procuradoria da República no Estado de Goiás O *download* deste Edital está disponível gratuitamente nas páginas da *Internet*: <http://www.mpf.mp.br/go/transparencia/licitacoes/ano-2016> e <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, ou disponível para consulta, em dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00, e das 13:00 às 17:00 horas, na Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, 1º andar, Park Lozandes, Goiânia - Goiás.

1.3. Não ocorrendo expediente ou na existência de qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, **a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do servidor no encargo de pregoeiro em contrário.

2. OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objeto a aquisição de Nobreak modular, com potência de 50KVA (N+1), expansível até 100KVA, online (Dupla conversão), de modo, que mesmo que 1 módulo apresente pane, continue operando com potência de 50KVA, Módulos Hot Swap, entrada e saída a 380/220Vac (3F + N + T), rendimento mínimo de 95%, fator de potência de saída mínimo de 0,99, sem ponto único de falha, conforme detalhado em memorial descritivo; Incluso Startup, vistoria, treinamento e garantia de 12 meses, conforme características e especificações constantes no Anexo I deste Edital.

2.2. O prazo de fornecimento, instalação e Start up do Nobreak será de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do 2º (segundo) dia após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços. Os equipamentos e a prestação dos serviços correspondentes à sua instalação deverão ser entregues/executados na Procuradoria da República em Goiás, localizada na Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 2, nº 500, Park Lozandes, Goiânia – Goiás, CEP 74884-120.

2.3. As especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I deste Edital) definem técnicas e rotinas a serem seguidas pela CONTRATADA, em estrita



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

concordância e obediência às Normas Brasileiras (NR e NBR) pertinentes em vigor, em conformidade com o disposto na Lei 9.933/99, artigos 1º e 2º, bem como legislação municipal, estadual e federal, com o objetivo de permitir o perfeito funcionamento das instalações descritas.

2.4. É facultado às licitantes, por intermédio de seus representantes legais, vistoriar as dependências da sede da Procuradoria da República em Goiás, devidamente identificados, até o último dia antes da realização do Pregão Eletrônico, acompanhado por servidor designado pela Administração, a fim de conhecerem as áreas onde será instalado o Nobreak e implementado os serviços respectivos, para tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto licitado, conforme condições e prazos definidos no edital licitatório, devendo mencionada vistoria ser agendada para o período das 13 h às 17 h, no Setor competente da PR-GO, através do telefone (62) 3243-5400 (Seção de Manutenção e Serviços Gerais – SMSG).

2.4.1. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, a CONTRATADA não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência do mencionado Pregão;

2.4.2. todos os custos associados às visitas e à inspeção serão de inteira responsabilidade do licitante.

2.5. Este Edital observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pela exigência de treinamento regular dos funcionários quanto ao uso consciente dos recursos disponíveis, inclusive de segurança no trabalho, bem como a apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, preferencialmente através de papel reciclado.

2.6. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site Compras Governamentais e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital, o licitante deverá obedecer a este último.

2.7. São partes integrantes deste Edital:

-
- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Modelo de proposta e de Planilha de Custo e Formação de Preços;
- Anexo III - Modelo de Declaração nos termos do art. 4º, Resolução do CNMP nº 01/2005 (art. 4º) e nº 07/2006 (art. 1º);
- Anexo IV - Declaração de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade Sócio-Ambiental; e
- Anexo V - Minuta de Contrato.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado, e que atendam às condições exigidas neste edital e seus anexos, devendo:

3.1.1. Estar cadastradas no SICAF em qualquer unidade de cadastramento dos Órgãos/Entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que integram o Sistema de Serviços Gerais – SISG, até o **terceiro dia útil anterior** à data prevista para recebimento das propostas, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação SLTI, por meio do *site*: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, para acesso ao sistema eletrônico;

3.1.2. o fornecedor descredenciado no SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente;

3.1.3. remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via *internet*, a sua proposta de preços, declarando que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014;

3.1.4. responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.1.5. acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, **responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema** ou de sua desconexão;

3.1.6. comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

3.1.7. utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do Pregão na forma eletrônica; e

3.1.8. solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

3.2. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada para a prestação de serviços mediante cessão de mão de obra não poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no §5º - C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, conforme inciso XXIII, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 06.

3.2.1. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

3.3. A participação no Pregão dar-se-á por meio de chave de acesso eletrônica (*e-token*) e digitação da senha privativa do licitante, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. Incumbe exclusivamente ao licitante providenciar o seu credenciamento no SICAF.

3.4. Como requisito para a participação no Pregão, os licitantes deverão declarar em modelo próprio do sistema eletrônico que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório:

3.4.1 A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e legislação pertinente (Art. 21, § 3º do Decreto nº 5.450/2005);

3.4.2. Neste procedimento serão adotados os critérios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06;

3.4.3. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

3.5. Também poderão participar desta licitação as empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, em conformidade com o Acórdão TCU nº 2798/2010 do Plenário, conforme justificativas e exigências abaixo:

3.5.1. não há vedação expressa em nenhuma norma legal de participação de empresas optantes pelo Simples Nacional em licitações públicas.

3.5.2. as microempresas, ao prestarem serviços que envolvam cessão de mão de obra, não podem valer-se dos benefícios tributários inerentes ao Simples Nacional, em razão da vedação contida no inciso XII do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006. Suas propostas apresentadas em licitações,



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

portanto, devem computar as contribuições para o “Sistema S” e os tributos federais;

3.5.3. a empresa optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006;

3.5.4. a empresa optante pelo Simples Nacional deverá apresentar cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços, mediante disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva (situação que gera vedação a opção pelo Simples Nacional, com as exceções previstas de limpeza, conservação e vigilância), a Receita Federal do Brasil - RFB, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006 (até o último dia útil do mês subsequente aquele em que ocorrida a vedação);

3.5.5. no caso de não apresentação da cópia do ofício, no prazo estabelecido acima, o órgão licitante deverá representar à RFB do domicílio tributário da empresa contratada, juntando a documentação pertinente, para fins de sua exclusão de ofício e aplicação da multa prevista no art. 3º, § 3º da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 15, de 2007, se entender cabível.

3.6. O pagamento pelos serviços efetivamente prestados, somente no mês da contratação, será efetivado considerando o benefício tributário do Simples Nacional, devendo a Planilha de Custos ser adaptada para tal.

3.6.1 Declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no presente Edital.

3.7. Não poderão participar deste Pregão:

3.7.1. empresas estrangeiras que não autorizadas a funcionar no País;

3.7.2. empresas em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.7.3. empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, pelo órgão que o praticou, bem como as que tenham sido punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Procuradoria da República no Estado de Goiás;



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

3.7.4. empresas que tenham como **sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor** (quando este for ocupante de cargo de direção) do Ministério Público da União e seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive;

3.7.5. empresas que se apresentem em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, bem assim as que sejam entre si controladas ou controladoras, coligadas ou subsidiárias, e as empresas pertencentes a um mesmo grupo empresarial ou econômico, ou que mantenham vínculo de dependência ou subordinação com quaisquer outras empresas licitantes neste certame;

3.7.6. empresas não estejam devidamente constituídas e formalizadas como pessoa jurídica para o fornecimento do objeto licitado, nos termos da legislação brasileira;

3.7.7. empresas que empreguem menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou que empreguem menores de 16 anos em qualquer trabalho (Decreto nº 4.358/02), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos (Lei nº 9.854/99);

3.7.8. Empresas proibidas de contratarem com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

3.7.9. Empresas proibidas de contratarem com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92; e

3.7.10. cooperativas de mão de obra.

3.8. O licitante e seu representante legal deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo de **três dias úteis** antes da data da realização do Pregão, não podendo, em hipótese alguma, pessoa (física ou jurídica), mesmo que credenciada por processo legal, representar mais de uma empresa nesta licitação.

3.9. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico ao **site**: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

3.10. Para realização do credenciamento do licitante, bem assim a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no SICAF no **site** mencionado no subitem anterior.

3.11. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

3.12. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Procuradoria da República no Estado de



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

Goiás responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.13. A licitante, se microempresa ou empresa de pequeno porte, **deverá declarar** em campo próprio do sistema eletrônico tal condição, para os fins previstos na Lei Complementar 123/2006.

4. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA LICITAÇÃO

4.1. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá declarar em modelo próprio do sistema eletrônico que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

4.2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços a partir da publicação do aviso no site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2.1. Quando do registro das propostas no Sistema Eletrônico, os licitantes deverão observar a orientação estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de incluir o detalhamento do objeto ofertado no campo "Descrição Detalhada do Objeto".

4.2.2. A ausência do detalhamento do objeto no citado campo **não acarretará a desclassificação da proposta do licitante**, podendo tal falha ser sanada mediante realização de diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações.

4.3. No dia e hora previstos no item **1.2** do presente edital terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, quando o servidor no encargo de pregoeiro verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no edital. Caso constate-se irregularidade (oferta de produto diferente do objeto ou com ele incompatível quanto às condições de fornecimento), promover-se-á a desclassificação da proposta. Uma vez executado este procedimento, o servidor no encargo de pregoeiro fará a divulgação das propostas classificadas, ordenadas automaticamente pelo sistema, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

4.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A partir do horário previsto deste Edital e seus Anexos, a sessão pública na *internet* será aberta por comando do servidor no encargo de pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

5.2. A licitante deverá remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via *internet*, a proposta com o **MENOR VALOR GLOBAL**.

5.3. Para formular e encaminhar a proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (proposta de preço padrão do sistema), a licitante deverá fazer sua cotação na tela de proposta como condição de participação; devendo estar ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas neste Edital, o atendimento dos seguintes requisitos:

5.3.1. quando solicitada pelo servidor no encargo de pregoeiro, a proposta de preços atualizada com o valor do menor lance, acompanhada do **Anexo II do Edital (Modelo de Proposta e Planilha de Custo e Formação de Preços)**, deverá ser enviada via sistema eletrônico pela empresa vencedora, contendo os preços expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos e também por extenso;

5.3.2. A simples participação neste certame implica em:

a) aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão;

b) nos preços propostos e nos lances que vier a fornecer, já deverão estar inclusos todos os custos necessários para a prestação de serviço objeto da presente licitação, tais como os referentes à categoria profissional a serem contratadas, aos impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, treinamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

c) o prazo de garantia dos equipamentos e dos serviços, que não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses), serão contados a partir da data de sua instalação e aceite (recebimento provisório). Esse prazo de garantia deverá constar da proposta da CONTRATADA.

d) durante o prazo de garantia, a CONTRATADA prestará serviços de assistência técnica, através de manutenção preventiva e corretiva, sem ônus para o CONTRATANTE, de acordo com a garantia do fabricante.

e) que no caso de omissão na proposta, considerar-se-á que as suas especificações serão as que constam do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

5.3.3. toda proposta apresentada será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se dela constar prazo superior, que prevalecerá;

5.3.4. ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos;

5.3.5. os preços propostos serão de **exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**. Contudo, se a licitante for classificada na sessão do Pregão para ofertar lances por meio do sistema eletrônico, poderá fazê-lo na forma e na oportunidade prevista neste Edital. Poderá, ainda, até a abertura da sessão, retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.4. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas:

5.4.1. que não atendam às exigências do ato convocatório ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;

5.4.2. que contiverem preço ou prestação dos serviços condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

5.4.3. que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes;

5.4.4. que ofertem preços **manifestamente inexecutáveis**, assim considerados aqueles que não venham a ter sua viabilidade demonstrada através de documentação que comprove que o custo do serviço é coerente com o de mercado ou que possa ser suportado pelo Licitante durante o período contratual;

5.4.5. para efeito do subitem anterior, aquelas licitantes cujas propostas de valores estejam abaixo do limite estabelecido no art. 48 e incisos da Lei 8.666/93, **poderão** ser convocadas a demonstrar, via documentação e diligências, sua viabilidade sob pena de desclassificação por inexecutabilidade.

5.5. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

5.6. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, podendo utilizar-se dos modelos indicados no **Anexo II do Edital**, sem cotações alternativas ou imposição de condições ou opções, emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem ser rubricadas e a última assinada pelo representante da empresa, apondo-se carimbo de CNPJ, devendo, ainda, conter o nome do licitante proponente, seu endereço completo, número do CNPJ, inscrição estadual e municipal ou distrital, nome completo da pessoa indicada para assinatura de contato, números de telefone e e-mail, número da conta corrente com respectiva agência e banco para eventuais pagamentos realizados pela Contratante, caso a licitante venha a ser contratada.

6. DA ETAPA DE LANCES E DO JULGAMENTO

6.1 – Da etapa de Lances

6.1.1. Aberta a etapa competitiva, a participação no Pregão dar-se-á exclusivamente por meio do sistema eletrônico pela digitação da senha privativa da licitante, com o que estará identificada sua razão social e o número de inscrição no CNPJ, e subsequente encaminhamento dos lances, observando o horário fixado na data estabelecida no item **1.2** deste Edital, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento, horário de registro e valor;

6.1.2. caberá, ainda, à licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

6.1.3. a licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema;

6.1.4. o Sistema registrará lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro;

6.1.5. durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante;

6.1.6. a etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do servidor no encargo de pregoeiro;

6.1.7. o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de **até** 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

6.1.8. no caso de desconexão do servidor no encargo de pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

6.1.8.1. quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.2 – Da etapa de Julgamento

6.2.1. O critério de julgamento das propostas será o do **MENOR PREÇO GLOBAL** que atenda às condições definidas neste Edital e em seus Anexos;

6.2.2. caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço com as especificações do edital;

6.2.3. declarada encerrada a etapa competitiva (lances), o servidor no encargo de pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação;

6.3. – Do Direito de preferência

6.3.1. Encerrada a etapa de lances, será concedido, se for o caso, benefício do empate ficto às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o art. 44 da LC n.º 123/2006, nesta situação a ME ou EPP melhor classificada (no intervalo de até 5% por cento do menor preço) poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão.

6.3.2. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no caput do art. 44 da LC nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem **6.3.1.** o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente à vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, se for o caso.

6.4. DO PREÇO MÁXIMO ADMITIDO



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

6.4.1. O Preço máximo Total admitido, orçado para a aquisição do Sistema Nobreak e seus respectivos serviços de instalação na PR/GO, é de R\$ 103.488,48 (cento e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais, e quarenta e oito centavos)

6.4.2. A licitante deverá apresentar planilhas para o detalhamento dos custos envolvidos.

6.4.3. se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o servidor no encargo de pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;

6.4.4. ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o servidor no encargo de pregoeiro poderá negociar com a licitante, via sistema eletrônico, para que seja obtido melhor preço;

6.4.5. a licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. Eventuais proposições que não correspondam às especificações e quantidades contidas no Anexo I deste Edital ou que estabeleçam vínculo com a proposta de outra licitante, serão desconsideradas;

6.4.6. o servidor no encargo de pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, negociação e decisão pelo servidor no encargo de pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

6.4.6.1. o servidor no encargo de pregoeiro poderá, se assim julgar necessário, suspender a sessão pública, pelo prazo a ser informado no *chat*, para análise da Proposta e Planilhas de Custos e Formação de Preços;

6.4.6.2. na fase de aceitação, depois de anunciado o detentor do melhor lance, o servidor no encargo de pregoeiro solicitará a este o envio via sistema de sua proposta completa, sugerindo-se a adoção do modelo descrito no Anexo II deste Edital (Modelo de Proposta e Planilha). O Sistema encaminhará, via *chat*, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado deverá encaminhar **arquivo único**, por meio do *link* "Enviar Anexo" – disponível apenas para o fornecedor convocado, em até **1h (uma hora)**, caso contrário **terá sua proposta desclassificada**, passando-se à análise da subsequente. Em casos excepcionais, com prévia autorização do servidor no encargo de



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

pregoeiro, este documento **poderá** ser apresentado via *e-mail*, respeitado o prazo de 1 hora da convocação;

6.4.6.3. em quaisquer das situações a licitante **deverá anexar/enviar eletronicamente documentos digitais para juntada aos autos, sendo o teor e a integridade dos documentos digitalizados de sua inteira responsabilidade, respondendo nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes (art. 11, § 1º do Decreto nº 8539/15).**

6.4.7. Caso a licitante tenha problemas técnicos para realizar essa operação, deverá comunicar ao Pregoeiro por meio de chat ou e-mail, para que esse possa instruí-la sobre como proceder.

6.4.8. Os atos e documentos constantes dos arquivos e registros digitais referentes à proposta e documentação de habilitação serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

6.4.9. Conforme §3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/05, no julgamento da habilitação e das propostas, o servidor no encargo de pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, **mediante despacho fundamentado**, registrado em ata, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação;

6.4.10. Não serão aceitas propostas de empresas que estejam incluídas, como inidôneas, em um dos cadastros abaixo (Acórdão TCU nº 1.793/2011 – Plenário e art. 97, da Lei nº 8.666/93):

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no sítio <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>, nos termos da Portaria 516 de 15/03/2010/CGU;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php e

c) Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU, no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1819:2:124228403641893::NO:2::>

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. São documentos necessários à habilitação:

7.1.2. Relativos à Habilitação Jurídica:



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

7.1.2.1. Cédula de identidade e registro comercial, no caso de empresário individual;

7.1.2.2. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

7.1.2.3. os documentos de que trata a alínea anterior, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

7.1.2.4. decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização, para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.2.5. inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de administração em exercício; e

7.1.2.6. declaração de que atende ao disposto no art. 4º da Resolução nº 1, de 07.11.2005, e no art. 1º da Resolução nº 7, de 17.04.2006, ambas do CNMP, informando que a empresa não tem como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor ocupante de cargo de direção do Ministério Público da União, bem como, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;

7.1.2.7. documento comprobatório de que possui compromisso com a sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, conforme modelo **Anexo IV** e subitem **6.4.6.4.** deste Edital.

7.1.3. Relativos à Regularidade Fiscal:

7.1.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

7.1.3.2. prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN), e com a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

7.1.3.3. prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.1.3.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, conforme disposto na Lei nº 12.440/11;

7.1.3.5. as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.1.3.6. havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.1.3.7. a não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **item 16** deste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato ou revogar a licitação.

7.1.4. Relativo à Qualificação Técnica:

7.1.4.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde fique comprovado que a licitante executou ou está executando atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, conforme § 1º do Art. 30 da Lei nº 8.666/93, respeitado, ainda, o seguinte:

7.1.4.2. A proponente deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, relacionando, se possível, o nome, cargo e telefone dos responsáveis pelas informações;

7.1.4.3. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados, no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

7.1.4.4. Definido o vencedor do processo licitatório, e após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços, deverá, em até 10 (dez) dias corridos, a contar da mencionada Ordem de Serviço, realizar vistoria técnica nos locais onde será instalado o Nobreak, acompanhado por servidor designado pela Administração para esse fim, de segunda a sexta-feira, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (62) 3243-5400 (Setor de Manutenção e Serviços Gerais – SMSG);

7.1.4.5. Após essa vistoria técnica, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE as condições necessárias para que o Nobreak seja instalado conforme pede o manual do fabricante. Caso a infraestrutura seja insuficiente ou esteja em desacordo com o mencionado manual, cabe à CONTRATADA comunicar à CONTRATANTE, em no máximo 10 (dez) dias da citada vistoria, em detalhes e fundamentado, quais materiais necessitam ser adquiridos ou ajustados para que seja possível iniciar a instalação do Nobreak;

7.1.4.6. Para o Start up, a Contratada deverá, no mínimo, verificar se todas as proteções, dimensionamentos, características elétricas e mecânicas nas entradas e saídas estão em conformidade com o que pede o teste de comissionamento do equipamento. Após essa verificação, deverá a CONTRATADA emitir relatório técnico, com respectiva ART do engenheiro eletrônico ou engenheiro eletricista responsável, atestando que a situação das mencionadas instalações estão em condições de operação;

7.1.4.7. A Contratante fornecerá toda a infraestrutura externa ao gabinete do Nobreak para alimentação elétrica ou lógica de entrada e saída, com seus respectivos quadros, cabos, conexões, eletrocalhas, disjuntores etc. (exceto proteções internas ao Nobreak) para o perfeito funcionamento;

7.1.4.8. Caberá ao Responsável Técnico da CONTRATADA toda atividade, de orientação, supervisão, correção, indicação, revisão, fiscalização, acompanhamento dos profissionais da CONTRATADA alocados na PR-GO, respondendo técnica e civilmente pelos serviços executados de maneira incorreta devido à imprudência, imperícia ou negligência destes.

7.1.4.10. O(s) Atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado do órgão (ou empresa) emissor devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

- 1) razão Social, CNPJ e dados de contato do órgão (ou empresa) emissor;
- 2) descrição do objeto contratado;
- 3) prazo de execução do trabalho, e;
- 4) assinatura e nome legível do responsável pela gestão do serviço executado. Esses dados poderão ser utilizados pela PR/GO para comprovação das informações.

7.1.4.11. Não terá validade alguma o atestado emitido pelo próprio licitante ou por empresa pertencente ao mesmo grupo.

7.1.5. Relativo à Qualificação Econômico-Financeira:

7.1.5.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, **90 (noventa) dias** da data designada no item **1.2** do edital, se não houver outro prazo de validade constante na própria certidão.

7.1.6. Demais declarações, a serem enviadas via sistema:

7.1.6.1. Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;

7.1.6.2. Declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme o artigo 14, inciso VI, do Decreto nº 5.450/05;

7.1.6.3. Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 11 do Decreto nº 6.204/07, se for o caso;

7.1.6.4. Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de acordo com o determinado na IN 02/2009, de 16/09/2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 17/09/2009.

7.2. A licitante já regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ficará dispensada de apresentar os documentos relacionados nos subitens **7.1.3.2.** e **7.1.3.3.**

7.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser encaminhados pelo licitante que apresentou o menor preço por



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

meio do link “anexar” ou, de modo excepcional, ao e-mail prgo-cpl@mpf.mp.br, no prazo de até 1 **(uma) hora**, após solicitação do servidor no encargo de pregoeiro no sistema eletrônico.

7.4. Os documentos e anexos exigidos, dentro de seus prazos de validade, em quaisquer das situações, deverão ser enviados eletronicamente, na forma digital para posterior juntada aos autos, sendo o teor e a integridade dos documentos de inteira responsabilidade da licitante, respondendo nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes (art. 11, § 1º do Decreto nº 8539/15).

7.5. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido, qualquer documento solicitado, apresentá-lo de modo intempestivo ou, ainda, apresentá-lo em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.6. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Efetuados os procedimentos previstos nos itens 5 e 6 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o servidor no encargo de pregoeiro procederá, imediatamente após o recebimento da documentação, à verificação do atendimento das condições de habilitação da licitante.

8.2. A regularidade do cadastramento e habilitação parcial do licitante no SICAF, com a verificação da validade dos documentos relacionados nos subitens **7.1.3.2.** e **7.1.3.3.** será confirmada por meio de consulta “*on line*”.

8.3. As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.4. Se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o servidor no encargo de pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pelo servidor no encargo de pregoeiro.

8.5. Ao final da sessão, na hipótese de inexistência de recursos, será feita, pelo servidor no encargo de pregoeiro, a adjudicação do objeto da licitação à licitante declarada vencedora, com posterior encaminhamento dos autos para homologação pelo Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado de Goiás. Na hipótese de existência de recursos, os procedimentos serão os descritos no **item 9**.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

8.6. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

8.7. A Administração **poderá**, quando julgar necessário, realizar diligências junto aos órgãos emitentes das certidões, bem como solicitar esclarecimentos ou informações complementares relativas a quaisquer dos documentos apresentados e serão sanados pelo servidor no encargo de pregoeiro, através das informações ou diligências requeridas, quaisquer erros evidenciados como meramente formais.

9. DA SUSTENTABILIDADE

9.1. A licitante contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG N° 01, de 19 de janeiro de 2010 e da Resolução CONAMA N° 257, de 30 de junho de 1999, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:

9.1.1. Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

9.1.2. Abster-se de quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa;

9.1.3. Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

9.1.4. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

9.1.5. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

9.1.6. Disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

9.1.7. Orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;

9.1.8. Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

9.1.9. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

9.1.10. Orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da PRM;

9.1.11. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

9.2. A licitante deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma **imediata e motivada**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **três dias** para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde então, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do *caput*, importará na decadência desse direito, ficando o servidor no encargo de pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. O recurso contra a decisão do servidor no encargo de pregoeiro não terá efeito suspensivo.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

10.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contrarrazões apresentadas intempestivamente ou em desacordo com o disposto neste Edital.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Decididos os recursos existentes e constatada a regularidade dos atos praticados, o Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado de Goiás adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos do orçamento geral do Ministério Público Federal para o ano de 2017.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1. Uma vez notificada de que a PR/GO efetivará a contratação, a licitante vencedora terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, seguintes à notificação, para assinar o termo de contrato, conforme minuta constante no **Anexo V** deste Edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Item **16** deste edital.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

14.1. Considerando as peculiaridades da contratação, o valor GLOBAL da execução dos serviços, que decorre do **somatório do equipamento e sua instalação**, mão de obra e outros serviços correlatos, conforme indicado no preço adjudicado e especificações deste Edital, será **irreajustável** durante a vigência da contratação.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Termo de Recebimento Provisório - Este documento será emitido posteriormente à conclusão dos serviços, através de termo circunstanciado, assinado pelas partes, após comunicação escrita da CONTRATADA e posterior comprovação pela fiscalização no prazo de até 10 (dez) dias da comunicação. De posse do respectivo termo, a CONTRATADA expedirá a nota fiscal de cobrança, na qual deverá constar o banco, a agência e o número da sua conta-corrente para o depósito correspondente, bem como deverá constar o CNPJ da PR-GO nº 26.989.715/0014-27.

15.2. O pagamento será realizado em 2 parcelas, por meio de depósito bancário e ocorrerá o primeiro valor, correspondente a 90% do valor da Nota Fiscal, no **recebimento provisório**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento deste documento Fiscal pela Contratante, e 10% restantes no



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

recebimento definitivo, desde que tal documento esteja em conformidade com este Termo de Referência e com as cláusulas do Edital do certame licitatório, devidamente acompanhado da documentação exigida pela CONTRATANTE.

15.3. O Termo de Recebimento Definitivo – Este documento será expedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do Termo de Recebimento Provisório, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não havendo problemas de nenhuma ordem.

15.4. Para que a instalação seja aceita em caráter provisório, naquilo que diz respeito às obrigações da CONTRATADA, as seguintes condições deverão ser obedecidas:

- a) todos os serviços constantes neste termo de referência e anexos deverão estar executados;
- b) fornecimento, quando for o caso, de notas fiscais e certificados de garantia referentes a materiais e equipamentos instalados;
- c) realização de testes dos equipamentos instalados para verificação de seu perfeito funcionamento, na presença da fiscalização da CONTRATANTE.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela perfeição e segurança do produto/serviços adquiridos. Do mesmo modo, também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

O pagamento será efetuado até o **5º (quinto) dia útil** após o atesto da nota fiscal/fatura pelo Fiscal do Contrato, por meio de depósito em conta corrente via Ordem Bancária;

15.6. A liberação da nota fiscal/fatura para pagamento ficará condicionada ao atesto da unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento dos objetos ora contratados;

15.6.1. O fiscal do contrato terá até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços para atestar a sua efetiva prestação, desde que tenha recebido a nota fiscal/fatura em tempo hábil.

15.7. A respectiva nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado de Goiás, CNPJ nº 26.989.715/0014-27:

15.7.1. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação em favor da CONTRATANTE;



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

15.7.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

15.8. a nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

a) da regularidade fiscal, através da apresentação de: a) Certidão Negativa **Conjunta** de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; b) CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e c) Certidão de Regularidade do FGTS;

b) da apresentação dos documentos da GFIP/SEFIP para o FGTS e Previdência Social, a saber: Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP-RE, Resumo do Fechamento – Empresa/FGTS, Relação Tomador/Obra – RET, Relação Tomador/Obra(RET) – Resumo, Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos por FPAS – Empresa e Protocolo de envio de arquivos – emitido pela Conectividade Social.

15.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a licitante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela PR/GO, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga.

15.10. À Procuradoria da República no Estado de Goiás fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução dos serviços, estes não forem prestados de acordo com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

15.11. o atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados pontualmente.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

16.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, erro, imperfeição ou mora na execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará, segundo a extensão ou falta, sujeita às seguintes sanções administrativas, além de outras penalidades determinadas na Lei 8.666/93 ou na legislação de regência:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa;

16.1.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Procuradoria da República em Goiás, pelo prazo de até **02 (dois) anos**;

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição limitada a **5 (cinco) anos** ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade da CONTRATANTE que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção mencionada com base no item **16.1.3.** A reabilitação da CONTRATANTE que sofrer esta penalidade poderá ser por esta requerida após **2 (dois) anos** de sua aplicação.

16.1.5. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a assinar o termo de contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

16.2. Para possibilitar a melhor aplicação das sanções estabelecidas no subitem **16.1.** tendo por base os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da interpretação sistemática e teleológica e, ainda, da interpretação da lei conforme a Constituição, as irregularidades eventualmente cometidas pela CONTRATADA serão assim definidas:

16.2.1. FALTAS LEVES: caracterizadas pela execução irregular ou descumprimento de obrigações que não acarretem em prejuízos relevantes para a Administração, nem inviabilizem a prestação do serviço, puníveis com advertência;

16.2.2. FALTAS GRAVES: caracterizadas como aquelas que acarretem transtornos significativos à Administração ou que inviabilizem, total ou parcialmente, a execução do Contrato, notadamente em decorrência de



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA, puníveis com advertência e suspensão;

16.2.3. FALTAS GRAVÍSSIMAS: caracterizam-se pela inexecução total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando totalmente a execução do Contrato em decorrência de conduta dolosa da CONTRATADA, decorrente de fraudes na licitação ou na execução do Contrato, puníveis com declaração de inidoneidade.

16.3. Ao longo da vigência do contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação pela Administração de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade;

16.4. As **Multas** serão aplicadas nas hipóteses de faltas leves, graves e gravíssimas, nas seguintes modalidades, sem prejuízo de outras sanções previstas neste Edital:

16.4.1. Moratória no percentual de 0,5 % (meio por cento) por dia de inadimplência, calculada sobre o valor global do contrato, limitada 10% (dez por cento) ou seja, por 20 (vinte) dias, caso a CONTRATADA não inicie o serviço no prazo estipulado e nas condições avençadas;

16.4.2. Moratória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inadimplência além do prazo mencionado no subitem **16.4.1.**, o que poderá ensejar a rescisão do Contrato;

16.4.3. Moratória, no percentual de 0,5% (meio por cento) do valor total do Contrato, por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, até o limite máximo de 10% (dez por cento);

16.4.4. Compensatória de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato por **faltas graves** e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

16.4.5. Compensatória de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, nas hipóteses de inexecução total deste, com ou sem prejuízo para a PR/GO;

16.4.6. Compensatória, em decorrência das infrações descritas na Tabela 2, considerando os graus e percentuais indicados na Tabela 1, limitada a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,20% do valor mensal do Contrato



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

2	0,40% do valor mensal do Contrato
3	0,80% do valor mensal do Contrato
4	1,00% do valor mensal do Contrato
5	1,50% do valor mensal do Contrato
6	5,00% do valor total do Contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Fornecer informação incorreta ou substituir os materiais e equipamentos existentes no posto de serviço sem autorização da fiscalização;	2	Por ocorrência
2	destruir ou danificar documentos, materiais e equipamentos pertencentes a CONTRATADA por culpa ou dolo de seus agentes;	3	Por ocorrência
3	utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato;	5	Por ocorrência
4	recusar-se a executar o serviço de acordo com as descrições contidas neste Contrato sem motivo justificado, de forma paliativa ou em caráter permanente;	5	Por ocorrência
5	permitir situação que possa causar ou cause dano físico, lesão corporal ou de consequências letais.	6	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
6	iniciar os serviços em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Início dos Serviços;	3	Por ocorrência
7	prestar os serviços em estrita conformidade com as especificações constantes do Anexo I;	3	Por ocorrência
8	manter atualizada durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação;	1	Por ocorrência
9	ministrar treinamento de operação do sistema do Nobreak para servidor indicado pela PR-GO;	4	Por ocorrência
10	prestar garantia e assistência técnica durante o prazo contratado, mediante manutenção preventiva e corretiva, sem ônus para a CONTRATANTE, de acordo com a garantia do fabricante;	2	Por ocorrência
11	efetuar a manutenção corretiva, após a comunicação pela CONTRATANTE, em 48 horas após a ocorrência da pane, recolocando o equipamento defeituoso em seu perfeito estado de uso, com substituição de peças, ajustes e reparos necessários, executados de acordo com a garantia, com os manuais e com as normas	3	Por ocorrência



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
	técnicas específicas dos equipamentos;		
12	cumprir normas internas ou determinação complementar da Fiscalização quanto a execução do serviço;	2	Por ocorrência
13	fornecer, quando solicitado, informações e dados técnicos, além de cópias de projetos dos sistemas prediais ficando a cargo da CONTRATADA a responsabilidade pela sua interpretação técnica;	2	Por ocorrência
14	arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato nas datas avençadas;	6	Por ocorrência
15	apresentar os funcionários devidamente identificados;	1	Por ocorrência
16	apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e bancária;	1	Por ocorrência
17	executar os serviços rigorosamente de acordo com as Normas Brasileiras, com as recomendações fornecidas pelos fabricantes dos materiais e com os detalhes constantes deste Termo;	2	Por ocorrência
18	entregar os sistemas e os serviços em perfeito estado de funcionamento, mediante a correção dos defeitos e verificações técnicas necessárias, efetuando reparos, limpeza, bem como a substituição de peças/componentes com defeito, utilizando sinalização adequada, sempre que necessária, para cada tipo de serviço, inclusive no que diz respeito a isolamento de área de trabalho, visando à proteção de terceiros;	4	Por ocorrência
19	fornecer todos os equipamentos, ferramentas necessários à execução dos serviços contratados, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga e sua respectiva perda, bem como todo o material a ser utilizado diretamente na execução dos serviços.	3	Por ocorrência

16.5. A Suspensão nas hipóteses de **faltas graves e gravíssimas**, entre as quais:

16.5.1. Não apresentação, no prazo estabelecido neste Edital, dos documentos exigidos de forma provisória (via e-mail) ou definitiva (em original ou cópia autenticada);

16.5.2. Não assinatura do Contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

16.5.3. Não manutenção da proposta;

16.5.4. Retardamento injustificado na execução do seu objeto;

16.5.5. Reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;

16.5.6. Manutenção da inadimplência após vencido o prazo da Advertência

16.5.7. Falha grave na execução do Contrato;

16.5.8. Prática das irregularidades mencionadas nos itens **4, 8 e 17** da **Tabela 2** do subitem **16.4.7.**;

16.6. A **Declaração de inidoneidade** nas hipóteses de **faltas gravíssimas**:

16.6.1. Comportar-se de modo inidôneo;

16.6.2. Cometer fraude fiscal;

16.6.3. Fraudar na execução do Contrato.

16.7. A penalidade de **suspensão** poderá ser aplicada pelos seguintes prazos:

16.7.1. Por até **30 (trinta) dias**, pelo cometimento da falta relativa ao subitem **16.5.5.** e **16.5.6.**;

16.7.2. Por até **90 (noventa) dias**, pelo cometimento das faltas relativas aos subitens **16.5.1.** e **16.5.2.**;

16.7.3. Por até **12 (doze) meses**, pelo cometimento das faltas relativas aos subitens **16.5.3.** a **16.5.6.**;

16.7.4. Por até **24 (vinte e quatro) meses**, por falhar gravemente na execução do serviço (falta relativa aos subitens **16.5.7.** e **16.5.8.**).

16.8. A penalidade de **inidoneidade** será aplicada por até **5 (cinco) anos** quando:

16.8.1. A licitante apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados no Contrato, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;

16.8.2. Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação;

16.8.3. Comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

16.9. O atraso injustificado na execução do Contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, bem como não manter atualizada todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, deverá ensejar a rescisão do Contrato, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa nos percentuais e graduações aplicáveis à ocorrência;

16.10. As multas aplicadas serão descontadas da Fatura/Nota Fiscal, da garantia ou de crédito existente na PR/GO em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior aos créditos existentes, a CONTRATADA deverá recolhê-las, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante GRU em favor da Procuradoria da República no Estado de Goiás, a contar da data da comunicação oficial para pagamento. No caso de não pagamento, o valor complementar será cobrado judicialmente, consoante o disposto no § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescido de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês;

16.11. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar;

16.12. O pedido de prorrogação do prazo para início da execução do serviço não terá efeito suspensivo e deverá ser encaminhado por escrito, antes de expirado o prazo contratual, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA, competindo ao Secretário Estadual da PR/GO a concessão da prorrogação pleiteada;

16.13. Compete ao Secretário Estadual da PR/GO a aplicação das penalidades previstas nos itens **16.1.1.** e **16.1.2.**; ao Procurador-chefe da PR/GO, a penalidade prevista no subitem **16.1.3.** e, ao Procurador-Geral da República, a prevista no subitem **16.1.4.**;

16.14. Da aplicação das penalidades previstas nos itens **16.1.1.**, **16.1.2.** e **16.1.3.** caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado. Da penalidade prevista no subitem **16.1.4.** caberá pedido de reconsideração de decisão ao Senhor Procurador-Geral da República, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato;

16.15. As sanções de multa poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas no subitem **16.1.**, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do CONTRATADO no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

16.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a empresa licitante deverá ser



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

descredenciada daquele Sistema por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

16.17. Além do SICAF, as penalidades previstas nos subitens **16.1.3.** e **16.1.4.** serão também obrigatoriamente registradas no CIES, e conterão as seguintes informações, nos termos da Portaria CGU 516, de 15.03.2010:

16.17.1. O órgão ou unidade aplicador da penalidade;

16.17.2. Razão social e nº do CNPJ/CPF do apenado;

16.17.3. Data da aplicação e data final da vigência do efeito limitador ou impeditivo da sanção;

16.17.4. O tipo da sanção.

16.17.4.1. A data final de que trata o subitem **16.17.3.** ficará em aberto no caso de sanção cujo efeito limitador ou impeditivo dependa de reabilitação da CONTRATADA junto a CONTRATANTE e desde que não mais perdurem os motivos determinantes da punição;

16.18. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos subitens **16.1.3.** e **16.1.4.** desta Cláusula, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

17. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

17.1. Até **2 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente instrumento convocatório, pelo e-mail prgo-cpl@mpf.mp.br.

17.2. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, até o **3º (terceiro) dia útil** que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente pela internet, através do e-mail prgo-cpl@mpf.mp.br.

17.3. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site www.comprasgovernamentais.gov.br, no link: acesso livre/pregões/agendados. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: “visualizar impugnações /esclarecimentos /avisos”.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

18.1. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

18.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.

18.3. É facultado ao servidor no encargo de pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.4. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

18.5. O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico, às licitantes interessadas em participar deste Pregão.

18.6. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, observando-se, ainda, que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Procuradoria da República no Estado de Goiás.

18.8. A Administração poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 29 do Decreto n.º 5.450, de 31/01/2005.

18.9. O servidor no encargo de pregoeiro, no interesse da Administração, poderá releva erros e omissões puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.10. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Justiça Federal de Goiás.

18.11. Quaisquer esclarecimentos relativos às orientações contidas no presente Pregão poderão ser solicitados por escrito à Coordenadoria de Administração, por



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

intermédio do servidor no encargo de pregoeiro, ou verbalmente, pelos telefones
(62) 3243-5449 e 3243-5495 ou, ainda, por meio do e-mail: prgo-cpl@mpf.gov.br

Goiânia, 25 de setembro de 2017.

Antônio Carlos V. Matos Oliveira
Pregoeiro

Francisco Leandro Cavalcante Neto
Pregoeiro



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

ANEXO I DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2017

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao que preceitua os artigos 1º e seguintes da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitação), foi elaborado o presente Termo de Referência para delinear os elementos necessários e suficientes para a aquisição e instalação de equipamento de proteção em Sistemas de Energia para a Procuradoria da República em Goiás - PRGO.

2. OBJETIVO

O presente instrumento tem por objeto a aquisição de Nobreak modular 60KVA, conforme as especificações descritas no item 5 deste termo, consistente no fornecimento do equipamento, com a disponibilização de mão de obra profissional especializada para a correta instalação e funcionamento do sistema, com base nas normas técnicas previstas para o seu funcionamento.

3. JUSTIFICATIVA

A motivação da presente contratação tem como justificativa o fato das necessidades técnicas e operacionais da PR-GO em substituir seu Sistema de Proteção de Energia, haja vista que seu equipamento, atualmente em uso, apresenta deficiências não passíveis de solução, conforme diversos pareceres técnicos de profissionais da área, que atuam na PR-GO no acompanhamento e assistência a esses equipamentos (vide documentos anexos).

Nessa condição, conforme Memorando /2017/SMSG/CA/PRGO – PR-GO-00033512/2017, de 18.08.2017 (documento em anexo), o Chefe da SMSG da PR-GO, assim se posicionou, *in verbis*: “...diante de todos os problemas verificados nos equipamentos, desde 2011, situação que vem se agravando, com elevado preço de manutenção, longos períodos de indisponibilidade, inexistência de assistência técnica fora do serviço autorizado do fabricante, com seus altos custos e longo tempo para atendimento em caso de falhas, indisponibilidade de peças para reposição, descontinuidade de fabricação, sugerimos que não haja dispêndio de mais recursos com a recuperação dos nobreak existentes, pois a solução mais apropriada, a nosso ver, e pelos motivos expostos, é a sua substituição por equipamentos novos”.

No mesmo sentido, o posicionamento do Analista do MPU/PERÍCIA, Moisés Marino Prado Fernandes, que no seu LAUDO TÉCNICO PGR-306076/2017 (doc. anexo), assim manifestou-se: “.... Sugiro a aquisição de Nobreak modular de 40KVA (N+2) com 6 módulos de 10KVA, tendo todos seus módulos hot swap. Isso



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

aumentaria a confiabilidade e diminuiria o tempo de reparo no caso de falha do Nobreak. A continuidade com Nobreak singelo não é recomendada, pois o preço de reparo é alto, podemos ficar a mercê de outras peças que não serão trocadas e que podem, a curto ou médio prazo, apresentar defeito e, principalmente, devido à ausência de redundância N+1, por problemas no paralelismo ativo do Nobreak.”

Da mesma forma, o Engenheiro Eletricista da empresa terceirizada “Energiza Engenharia – ME”, que dá manutenção nos equipamentos da PR-GO (Contrato nº 5/2015 – Pa 1.18.000.002739/2012-16), em seu Relatório Técnico (doc. anexo) reafirma os posicionamentos acima, conforme excerto de seu documento, *in verbis*, a saber:

“Em análise do relatório de serviços - O.S nº 1645 –(nobreak nº 1 e o nobreak nº 2), pela empresa UNION – sistemas e energia no dia 10/08/17.

Não será viável realizar a recuperação dos equipamentos pelos motivos abaixo supracitados:

- Os equipamentos estão obsoletos (com mais de 10 (dez) anos de utilização);

- A UNION, empresa responsável pelo laudo RS – O.S nº 1645, não garante a reposição das peças que estão descontinuadas e são importadas;

- A empresa UNION solicitou o envio dos equipamentos para teste em seu laboratório localizado em São Paulo, o que encareceria a realização da recuperação.

Conclusão:

Em razão da inviabilidade de todos os procedimentos solicitados pela UNION, faz-se necessária a aquisição de novos equipamentos com tecnologia atualizada, o que, além de gerar custos menores, facilitará a manutenção do sistema de energia estabilizada.

Assim, com base nas recomendações encimadas, patente fica a premente necessidade de aquisição de um Nobreak moderno, que atenda à demanda da Procuradoria da República em Goiás, com benefícios diretos, confiáveis, com menor tempo e maior facilidade para sua manutenção, de forma a se garantir a continuidade dos serviços da Unidade Ministerial.

4. DA VISITA PRÉVIA ANTES DO PREGÃO

a) É facultado às licitantes, por intermédio de seus representantes legais, vistoriar as dependências da sede da Procuradoria da República em Goiás, devidamente identificados, até o último dia **antes da realização do Pregão Eletrônico**, acompanhado por servidor designado pela Administração, a fim de conhecerem as áreas onde será instalado o Nobreak e implementado os serviços respectivos, para tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto licitado, conforme condições e prazos definidos no edital licitatório, devendo mencionada vistoria ser agendada para o período das 13 h às 17 h, no Setor competente da PR-GO, através do telefone (62) 3243-5400 (Seção de Manutenção e Serviços Gerais - SMSG).

SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

b) Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, a CONTRATADA não poderá alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em decorrência do mencionado Pregão.

c) Todos os custos associados às visitas e à inspeção serão de inteira responsabilidade do licitante.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E DOS SERVIÇOS

5.1 Descrição Genérica

- Nobreak modular, com potência de 50KVA (N+1), expansível até 100KVA, online (Dupla conversão), de modo, que mesmo que 1 módulo apresente pane, continue operando com potência de 50KVA, Módulos Hot Swap, entrada e saída a 380/220Vac (3F + N + T), rendimento mínimo de 95%, fator de potência de saída mínimo de 0,99, sem ponto único de falha, conforme detalhado em memorial descritivo; Incluso Startup, vistoria, treinamento e garantia de 12 meses.

5.2 DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO NOBREAK

5.2.1 O Nobreak deverá ter as seguintes características gerais:

- a) Potência inicial de 50KVA e redundância de 1 módulo de 10kVA, montados em um único Gabinete Modular conectados em Paralelismo Vertical perfazendo um único conjunto N+1;
- b) Máxima potência por módulo vertical de 20kVA desde que permita a redundância com um módulo (N+1), considerando carga de 50KVA;
- c) Gabinete com capacidade para até 100 kVA;
- d) O gabinete deverá ser autosuportado, estruturalmente reforçado, possuir alça para transporte e/ou içamento através de cinta;
- e) Possuir gabinete em chapa de aço tratada contra corrosão, pintada, com placas removíveis para acesso interno, com pintura epóxi, grau de proteção IP 20 ou superior, com ventilação mecânica;
- f) Cada módulo deverá ter tecnologia hot-swap e possuir: retificador, carregador de baterias, inversor, chave estática, by pass e display LCD;
- g) Para facilidade de manutenção, ampliação e tolerância às falhas, os conversores de potência do sistema deverão ser projetados como módulos extraíveis, podendo ser removidos ou inseridos pela parte frontal do UPS em operação ("Hot-Swap").
- h) A remoção de um dos módulos, seja para manutenção preventiva ou corretiva, poderá ser efetuada com a UPS em plena operação (Hot-Swap), desde que respeitada a condição de redundância.
- i) Limite de corrente do retificador ajustado automaticamente;

SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

- j) Filtro de entrada para operação com gerador;
- k) Retificador e Inversor com tecnologia IGBT (Insulated Gate Bipolar Transistor);

5.2.2. Detalhes da entrada:

- a) Configuração Trifásica (3FNT);
- b) Tensão de Entrada 380/220V 3FNT;
- c) Variação de tensão de entrada admissível -15% / +15% a 100% de carga;
- d) Distorção Harmônica de corrente na entrada +/-3% THDi para 100% de carga não linear;
- e) Fator de Potência Mínimo: 0,99 para quaisquer níveis de carga na saída e sem a utilização de filtros adicionais.
- f) Frequência configurável de 60Hz;
- g) Retificador: IGBT – partida suave: deverá ser linear de 0 a 100% da corrente nominal sem picos de “in rush”
- h) 0 a 100% da corrente nominal sem picos de “in rush”

5.2.3 Detalhes da saída:

- a) Potência de saída: 50KVA + 1 módulo de 10kVA (redundante) em um mesmo gabinete com módulos verticais conectados em Paralelismo Ativo vertical (N+1);
- b) Configuração: Trifásica (3FNT);
- c) Tensão de saída: 380/220V (3FNT);
- d) Frequência: 60 Hz;
- e) Variação Máxima da Frequência: +/- 0,1Hz;
- f) Fator de crista: 3:1;
- g) Rendimento global mínimo: 95%;
- h) Fator de Potência Mínimo: 0,99;
- i) Distorção Harmônica Total da tensão (THDv): < 1,5%;
- j) Sobrecarga Suportável: até 125% por 10 minutos.
- l) Desbalanceamento de carga permissível de até 100%.
- m) Tempo de Transferência na falta ou retorno da rede: Zero – On Line;

5.2.4 Detalhes da eficiência:

- a) Eficiência mínima no modo on-line 95%;
- b) Eficiência mínima no modo econômico de 97%;

5.2.5 Detalhes do by-pass Estático:

SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

- a) O equipamento deverá ser dotado de By-pass Automático através de Chave Estática;
- b) A transferência da carga para o By Pass Automático não deverá interromper o funcionamento das cargas e deverá prever a transferências no mínimo para as seguintes situações: sobrecarga, sobretemperatura e falha no funcionamento do inversor;
- c) Dispositivo de transferência dimensionado para a potência total de cada módulo de forma individual;
- d) Não se admitirá utilização de by-pass estático único para todos os módulos.

5.2.6 Detalhes do by-pass Manual:

- a) O equipamento deverá ser dotado de By-Manual;
- b) A transferência da carga para o By Pass Manual ou de Manutenção não deverá interromper o funcionamento das cargas;
- c) Deverá ser dotado de entrada Dual para receber alimentação de outra fonte alternativa;
- d) Dispositivo de transferência dimensionado para a potência total do Gabinete

5.2.7 Detalhes da proteção do sistema:

- a) Proteção contra Sobretensão CC, Subtensão CC e Sobrecarga CC;
- b) Proteção contra Tensão de Entrada e Saída: Sobretensão CA e Subtensão CA;
- c) Proteção na Corrente de Entrada: Limitação eletrônica da corrente de entrada do retificador;
- d) Proteção na Corrente de saída contra Curto-circuito de saída e sobrecarga
- e) Proteção na Tensão do Inversor contra Subtensão e sobretensão para o inversor;
- f) Proteção contra sobretemperatura no Retificador e Inversor;
- g) Botão de desligamento de emergência.

5.2.8 Detalhes do Retificador:

- a) Tecnologia do retificador por IGBT's;
- b) Fator de Potência mínimo: 0,99;
- c) THDi: < 3%;
- d) Possuir teste de bateria automático via display e software programável pelo usuário, de tal maneira que não haja desligamento do retificador, e que mantenha o resultado dos testes armazenados.

5.2.9 Display e Monitoramento:

- a) Display LCD por módulo com, no mínimo, as seguintes informações: tensão e corrente: entrada, by-pass e saída; tensão, corrente e autonomia do banco de



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

baterias; frequência de entrada e saída; Temperatura interna; Carga do UPS(%) e status do módulo (operação normal ou bypass); Led de notificação e alarmes;

b) Display central com acesso a todos parâmetros de todos módulos e do sistema como um todo: o diagrama do Nobreak com o modo de operação (bypass manual ou automático ou conversão através de retificador e inversor), as tensões elétricas em todas fases, corrente em todas as fases, condições da bateria, como tensão, temperatura e autonomia.

c) Alarmes sonoros de sobrecarga, curto-circuito, falha na alimentação de entrada (tensão ou frequência), sobretemperatura, problema na bateria, baixa autonomia da bateria, entrada do gerador.

d) Desligamento de emergência.

e) Comunicação via SNMP, HTTP e SMTP; saída RJ45 para que o equipamento possa ser conectado a rede Ethernet;

f) Log de eventos dos últimos 50 eventos;

g) Possuir software interno ao equipamento capaz de testar todos os módulos do no-break, indicando se há algum módulo com defeito e se o mesmo deverá ser substituído. A leitura poderá ser feita através do painel frontal ou de PC conectado.

5.3 Instalação e Start Up

a) O Nobreak e seus acessórios serão instalados na sala localizada no subsolo do Bloco "B" da PR-GO.

b) A CONTRATADA, definido o vencedor do processo licitatório, e após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços, deverá, em até 10 (dez) dias corridos, a contar da mencionada Ordem de Serviço, realizar vistoria técnica nos locais onde será instalado o Nobreak, acompanhado por servidor designado pela Administração para esse fim, de segunda a sexta-feira, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (62) 3243-5400 (Setor de Manutenção e Serviços Gerais – SMSG).

c) Após essa vistoria técnica, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE as condições necessárias para que o Nobreak seja instalado conforme pede o manual do fabricante. Caso a infraestrutura seja insuficiente ou esteja em desacordo com o mencionado manual, cabe à CONTRATADA comunicar à CONTRATANTE, em no máximo 10 (dez) dias da citada vistoria, em detalhes e fundamentado, quais materiais necessitam ser adquiridos ou ajustados para que seja possível iniciar a instalação do Nobreak.

d) Para o Start up, a Contratada deverá, no mínimo, verificar se todas as proteções, dimensionamentos, características elétricas e mecânicas nas entradas e saídas estão em conformidade com o que pede o teste de comissionamento do equipamento. Após essa verificação, deverá a CONTRATADA emitir relatório técnico, com respectiva ART do engenheiro eletrônico ou engenheiro eletricista responsável, atestando que a situação das mencionadas instalações estão em condições de operação.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

e) A Contratante fornecerá toda a infraestrutura externa ao gabinete do Nobreak para alimentação elétrica ou lógica de entrada e saída, com seus respectivos quadros, cabos, conexões, eletrocalhas, disjuntores etc. (exceto proteções internas ao Nobreak) para o perfeito funcionamento.

6. DO LOCAL DA INSTALAÇÃO

Os equipamentos e a prestação dos serviços correspondentes à sua instalação deverão ser entregues/executados na Procuradoria da República em Goiás, localizada na Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 2, nº 500, Park Lozandes, Goiânia – Goiás, CEP 74884-120.

7. DO PREÇO

a) O Preço máximo Total admitido, orçado para a aquisição do Sistema Nobreak e seus respectivos serviços de instalação na PR-GO, conforme pesquisa de mercado, é de **R\$ 103.488,48 (cento e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais, e quarenta e oito centavos)**. Esse preço orçado é composto pelos seguintes componentes:

1) Valor de Orçamento do Sistema Nobreak (sem serviços de instalação, conforme demonstrado no doc. anexo a este TR)R\$ 102.420,34

2) Valor de Orçamento referente à Mão de Obra (conforme demonstrado no documento anexo a este TR).....R\$ 1.068,14

VALOR TOTAL DO NOBREAK + Mão de Obra.....R\$ 103.488,48

b) Na composição dos preços dos serviços estão incorporadas todas as despesas com fornecimento de equipamento e mão de obra, essenciais a sua execução, bem como as decorrentes do emprego, aplicação e utilização de ferramentas, equipamentos, transporte e acessórios.

8. DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo de fornecimento, instalação e Start up do Nobreak será de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do 2º (segundo) dia após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços.

9. DO TREINAMENTO OPERACIONAL

a) a CONTRATANTE deverá eleger um servidor da PR-GO para receber o treinamento de operação do sistema do Nobreak.

b) a CONTRATADA explicará detalhes gerais sobre o uso do Nobreak, como: verificar alarmes em cada módulo ou via display central, como colocar os módulos em bypass automático ou em operação normal, como colocar em by-pass manual, como verificar características elétricas de entrada e saída de cada módulo ou via display central, como implementar e verificar alarmes via e-mail em um cpu remoto.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

A empresa proponente deverá apresentar 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, para a qual tenha prestado serviços de mesma natureza e compatíveis em características ou idênticos aos constantes neste Termo de Referência, ou seja, instalação de Nobreak de 60KVA ou superior.

11. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

a) Caberá ao Responsável Técnico da CONTRATADA toda atividade, de orientação, supervisão, correção, indicação, revisão, fiscalização, acompanhamento dos profissionais da CONTRATADA alocados na PR-GO, respondendo técnica e civilmente pelos serviços executados de maneira incorreta devido à imprudência, imperícia ou negligência destes.

12. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

a) O prazo de garantia dos equipamentos e dos serviços, que não poderão ser inferiores a 12 (doze) meses, serão contados a partir da data de sua instalação e aceite (recebimento provisório). Esse prazo de garantia deverá constar da proposta da CONTRATADA.

b) Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA prestará serviços de assistência técnica, através de manutenção preventiva e corretiva, sem ônus para o CONTRATANTE, de acordo com a garantia do fabricante.

c) A manutenção corretiva será efetuada, após a comunicação pela CONTRATANTE, em 48 horas após a ocorrência da pane, recolocando o equipamento defeituoso em seu perfeito estado de uso, com substituição de peças, ajustes e reparos necessários, executados de acordo com a garantia, com os manuais e com as normas técnicas específicas dos equipamentos.

d) O término do reparo do equipamento defeituoso não poderá ultrapassar o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do início do atendimento; caso contrário, a empresa CONTRATADA deverá proceder à substituição do equipamento defeituoso (com os devidos *backups*) por outro igual ou com características técnicas superiores até que seja sanado o defeito do equipamento em reparo. O uso desse equipamento "substituto" não poderá exceder o prazo de 30 (trinta) dias, salvo, quando devidamente justificado, por escrito, pela empresa CONTRATADA e com a aprovação prévia da CONTRATANTE.

13. DA FISCALIZAÇÃO

a) A fiscalização do contrato referente aos serviços objeto do presente Termo será exercida por servidores da CONTRATANTE especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

b) A fiscalização deverá fornecer, quando solicitado, informações e dados técnicos, além de cópias de projetos dos sistemas prediais ficando a cargo da CONTRATADA a responsabilidade pela sua interpretação técnica.

c) A Fiscalização será investida de plenos poderes para:



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

- 1) sustar a execução de quaisquer trabalhos, por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;
- 2) solicitar a substituição de profissionais que não se mostrem com desempenho satisfatório, devendo a CONTRATADA apresentar novos profissionais;
- 3) ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição, de empregado da CONTRATADA que estiver sem identificação, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

14. DO INÍCIO DOS SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias corridos a partir do 2º (segundo) dia após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Edital e de seus Anexos, especialmente deste Termo de Referência.
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- c) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de possíveis imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- d) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.
- e) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) CONTRATADA deverá credenciar formalmente um preposto para representá-la junto à PR-GO o qual deverá responder em seu nome sobre todos os assuntos relativos à execução do serviço e, ainda, incumbir-se de receber todas as orientações que deverão ser repassadas aos profissionais para a perfeita e completa execução dos trabalhos.
- b) Quanto à prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá:
 - 1) Entregar os sistemas e os serviços objeto deste Termo em perfeito estado de funcionamento, mediante a correção dos defeitos e verificações técnicas necessárias, efetuando reparos, limpeza, bem como a substituição de peças/componentes com defeito, utilizando sinalização adequada, sempre



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

que necessária, para cada tipo de serviço, inclusive no que diz respeito a isolamento de área de trabalho, visando à proteção de terceiros;

2) Executar os serviços rigorosamente de acordo com as Normas Brasileiras, com as recomendações fornecidas pelos fabricantes dos materiais e com os detalhes constantes deste Termo;

3) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente e cumprir as determinações, normas e regulamentos estabelecidos pela CONTRATANTE.

4) Responsabilizar e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus supervisores, inclusive para atendimento em casos de emergência.

5) Obedecer às exigências da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, horários de turnos, vistorias, bem como, quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança do Trabalho e ainda, a imediata correção das deficiências detectadas pela Fiscalização quanto à execução dos serviços contratados.

6) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações/solicitações.

7) Fornecer todos os equipamentos, ferramentas necessários à execução dos serviços contratados, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga e sua respectiva perda, bem como todo o material a ser utilizado diretamente na execução dos serviços.

8) Manter seu pessoal devidamente identificado, através do uso de crachás, fornecendo-lhes uniforme completo e dentro dos padrões recomendáveis, em conformidade com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo da categoria.

9) Responsabilizar a CONTRATADA pelos danos causados aos equipamentos e demais componentes dos sistemas descritos, decorrentes de falha e/ou negligência na manutenção ou operação, arcando com todas as despesas, inclusive o fornecimento e a substituição de peças que se verificarem necessárias ao restabelecimento das condições originais dos equipamentos, assumindo o ônus da garantia remanescente, quando for o caso.

10) Instruir seus funcionários quanto à obrigatoriedade do cumprimento das normas e dos regulamentos da CONTRATANTE, sujeitando-se às regras de sigilo em relação a assuntos de que tomem conhecimento em decorrência da execução dos serviços, mesmo depois de terminada a vigência dos serviços contratual.

11) A CONTRATADA deverá fornecer, às suas expensas, todos os **equipamentos de proteção individual e coletiva** (EPI's e EPC's) a seus profissionais alocados na PR-GO, necessários à realização de suas



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

atividades, coerentes com a natureza dos trabalhos e com o grau de risco da prestação dos serviços.

12) Responsabilizar-se pelo ônus ocasionado por eventuais paralisações na execução dos serviços, determinadas pela Fiscalização, sempre que esta constatar a falta de EPI apropriado.

13) Efetuar todos os testes necessários para comprovar o correto funcionamento das instalações, após a execução dos serviços.

17. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

a) Termo de Recebimento Provisório - Este documento será emitido posteriormente à conclusão dos serviços, através de termo circunstanciado, assinado pelas partes, após comunicação escrita da CONTRATADA e posterior comprovação pela fiscalização no prazo de até 10 (dez) dias da comunicação. De posse do respectivo termo, a CONTRATADA expedirá a nota fiscal de cobrança, na qual deverá constar o banco, a agência e o número da sua conta-corrente para o depósito correspondente, bem como deverá constar o CNPJ da PR-GO nº 26.989.715/0014-27.

b) O pagamento será realizado em **2 parcelas**, por meio de depósito bancário e ocorrerá o primeiro valor, correspondente a 90% do valor da Nota Fiscal, **no recebimento provisório**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento deste documento Fiscal pela Contratante, e 10% restantes **no recebimento definitivo**, desde que tal documento esteja em conformidade com este Termo de Referência e com as cláusulas do Edital do certame licitatório, devidamente acompanhado da documentação exigida pela CONTRATANTE.

c) O Termo de Recebimento Definitivo – Este documento será expedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do Termo de Recebimento Provisório, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não havendo problemas de nenhuma ordem.

d) Para que a instalação seja aceita em caráter provisório, naquilo que diz respeito às obrigações da CONTRATADA, as seguintes condições deverão ser obedecidas: a) todos os serviços constantes neste termo de referência e anexos deverão estar executados; b) fornecimento, quando for o caso, de notas fiscais e certificados de garantia referentes a materiais e equipamentos instalados; c) realização de testes dos equipamentos instalados para verificação de seu perfeito funcionamento, na presença da fiscalização da CONTRATANTE.

e) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela perfeição e segurança do produto/serviços adquiridos. Do mesmo modo, também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Todos os serviços deverão ser realizados sob o comando e responsabilidade da CONTRATADA, em horário normal de expediente (entre 8h e 18h, de segunda a



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

sexta-feira), ou em outros horários, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE.

b) Em caso de defeito nos equipamentos, ficando constatado que o problema do equipamento decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da ocorrência, mediante emissão de Laudo Técnico, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

c) Caso a CONTRATADA, mesmo identificando o problema a que se refere o subitem anterior, instale os equipamentos e disto resulte a perda da garantia oferecida, esta assumirá, durante o período remanescente da garantia, todo o ônus a que atualmente está sujeita a empresa que forneceu os equipamentos/sistemas.

d) Na hipótese de algum serviço necessitar ser executado em local diverso do estabelecido neste Termo, as despesas com a retirada e a remessa de componentes dos sistemas, para manutenção, bem como com sua devolução e posterior reinstalação, correrão por conta da CONTRATADA, inclusive os serviços porventura executados.

e) Nos casos de necessidade de substituição de peças ou acessórios no equipamento a ser instalado, o prazo para a sua normalização será de 02 dias úteis após a ciência da Contratante.

f) A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente:

- 1) as especificações técnicas constantes deste documento;
- 2) O Manual de Uso, Manutenção, prescrições e recomendações do fabricante;
- 3) As Normas Técnicas, no que forem aplicáveis, a exemplo da NBR 5410 e ABNT.
- 4) As disposições legais da União, do Estado e do Municipal local da instalação;
- 5) As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 6) A Resolução N.º 425/98, do CONFEA;
- 7) As normas de segurança do trabalho e às emanadas de convenção ou acordo coletivo das categorias de trabalhadores que atuarem no serviço de instalação;

g) A CONTRATADA somente poderá utilizar pessoal treinado e devidamente capacitado para o exercício da função, não podendo alegar incapacidade dos profissionais alocados na PR-GO, para nenhum propósito.

h) Para aqueles profissionais em que este Termo de Referência exija o respectivo registro em órgão profissional competente, a CONTRATADA deverá comprová-lo ao fiscal da PR-GO, quando do início da prestação dos serviços por estes.

i) A CONTRATADA poderá subcontratar parcialmente a prestação dos serviços, às suas expensas, mediante prévia autorização da CONTRATANTE, nos casos em que, comprovadamente, não possa executá-los em conformidade com a legislação em vigor.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

j) A subcontratação prevista no subitem anterior não produzirá relação jurídica direta entre a CONTRATANTE e a empresa subcontratada, não cabendo a esta demandar contra a CONTRATANTE por qualquer questão relativa ao vínculo que mantém com a CONTRATADA.

k) A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela qualidade dos serviços, inclusive nos casos de subcontratação, devendo a garantia destes não ser inferior a 01 (um) ano.

l) A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE relatório técnico de todos os serviços executados, devidamente assinado pelo técnico responsável.

m) A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, ao término do serviço, todos os registros e informações relacionados à execução deste, bem como todos os manuais de manutenção dos equipamentos instalados.

n) Os empregados da CONTRATADA deverão ser instruídos no sentido de acatarem as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas.

o) Deverá ser indicado, formalmente, um representante pela CONTRATADA, bem como seus dados para o contato entre a CONTRADADA e a CONTRATANTE, (número telefônico – não podendo ser 0800 - endereço de correio eletrônico e endereço de escritório), para acompanhar a execução dos serviços e proporcionar a assistência técnica durante todo o período de garantia dos equipamentos, componentes, peças, acessórios e serviços executados.

p) Quanto às responsabilidades civis e penais:

1) A CONTRATADA se responsabilizará pelas despesas decorrentes de qualquer infração ou mesmo danos e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados, ou de atos dolosos ou culposos, seja qual for, desde que praticados por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE;

2) os servidores que atuarem nos serviços não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas com obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, entre outros encargos relacionados aos mencionados serviços;

3) Assume a CONTRATADA, nesses casos, a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao fato, a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do prejuízo no crédito a que fizer jus a CONTRATADA e/ou poderá adotar as providências cabíveis para a execução de seus haveres;

4) Na hipótese de pagamento de multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato imputável à CONTRATADA e relacionadas com os seus serviços, esta ficará responsável pelos devidos pagamentos.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

5) para os casos de exigência de registro do profissional em órgãos competentes e de conclusão de cursos específicos para o exercício de determinada função, caberá à CONTRATADA observar estas exigências no ato da contratação dos profissionais.

Goiânia, 30 de agosto de 2017

SEÇÃO DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

LÚCIO SANT'ANA ZIMBRES

Técnico do MPU

Edificações

Mat. 17366



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

ANEXO II DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2017

MODELO DE PROPOSTA E PLANILHAS– FOLHA DE ROSTO

_____, ____ de _____ de 2017

Ao

Pregoeiro da Procuradoria da República no Estado de Goiás, localizada na Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP 74884-120. PABX - 62 - 3243-5400 - CNPJ: 26.989.715/0014-27.

Referência: **Pregão Eletrônico nº 15/2017**

Em atenção ao ato convocatório do certame em referência, informamos:

- Empresa:
- CNPJ:
- Endereço:
- Pessoa para contatos:
- Fone/Fax:
- E-mail:
- Domicílio bancário:
- Banco:
- Agência:
- Conta Corrente:

Declaramo-nos cientes e de acordo com todas as condições e prazos estabelecidas no edital do **Pregão Eletrônico nº 15/2017**.

nome completo
cargo/função



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

ANEXO III DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2017

D E C L A R A Ç Ã O

_____ (nome da empresa) _____, inscrito no
CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____,
DECLARA, para fins do disposto nas Resoluções CNMP n.º 01/2005 (art. 4º) e n.º
07/2006 (art.1º), que não tem como sócios, gerentes ou diretores, membro ou
servidor (este quando ocupante de cargo de direção) do Ministério Público da União,
cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive.

Goiânia, _____ de _____ de 2017

(nome da empresa)
assinatura do representante legal



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

ANEXO IV DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2017

**DECLARAÇÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE
SÓCIOAMBIENTAL**

Para fins de participação na Licitação Pregão Eletrônico 10/2016, a
empresa(NOME _____ COMPLETO _____ DA
PROPONENTE)....., CNPJ _____ nº
....., sediado(a).....(ENDEREÇO COMPLETO),
DECLARA, sob as penas da Lei, notadamente o compromisso e responsabilidade
com a Sustentabilidade Ambiental exigido para habilitação no edital do referido
certame licitatório conforme previsto no artigo 5º da IN/SLTI/MPOG 01/2010,
respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Goiânia, _____ de _____ de 2017.

(nome da empresa)
assinatura do representante legal



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

ANEXO V DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2017

CONTRATO Nº __/2017

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL,
POR MEIO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL -
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM
GOIÁS, E A EMPRESA**

Aos AOs xx (xx) dias do mês de xx (xx) do ano de dois mil e dezessete (2017), de um lado a **UNIÃO**, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS, CNPJ nº 26.989.715/0014-27, situada na Avenida Olinda, Conjunto G e H, Lote 02, Park Lozandes, Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, neste ato representada por seu Secretário Estadual _____, brasileiro, _____, carteira de identidade nº _____ - ____/____ e CPF nº _____-____, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 34 e art. 41, XXIII, ambos do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR /MPF nº 382 de 05/05/15, combinado com a Portaria PR/GO nº 179 de 01/10/15, em sequência designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa <razão social>, CNPJ nº <número>, estabelecida na <endereço completo>, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo <nome completo>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador da carteira de identidade RG nº <número>, <órgão emissor>, inscrito no CPF sob o nº <número>, residente e domiciliado na <endereço completo>, conforme <documento de representação>, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram, por força deste instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, pelo Decreto nº 2.271, de 07/07/97 e Processo PR/GO nº **1.18.000.002409/2017-27**, a **aquisição e instalação de Nobreak modular 60KVA de proteção em Sistemas de Energia para a Procuradoria da República em Goiás – PRGO**, cujo regime é o de execução indireta, empreitada por preço global, conforme definido no edital do **Pregão Eletrônico nº 15/2017**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a aquisição de Nobreak modular, com potência de 50KVA (N+1), expansível até 100KVA, online (Dupla conversão), de modo, que mesmo que 1 módulo apresente pane, continue operando com potência de 50KVA, Módulos Hot Swap, entrada e saída a 380/220Vac (3F + N + T),



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

rendimento mínimo de 95%, fator de potência de saída mínimo de a 0,99, sem ponto único de falha, conforme detalhado em memorial descritivo; Incluso Startup, vistoria, treinamento e garantia de 12 meses, conforme descrição no Termo de Referência - Anexos I, do Edital do **Pregão Eletrônico nº 15/2017**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O prazo de fornecimento, instalação e Start up do Nobreak será de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do 2º (segundo) dia após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços. Os equipamentos e a prestação dos serviços correspondentes à sua instalação deverão ser entregues/executados na Procuradoria da República em Goiás, localizada na Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 2, nº 500, Park Lozandes, Goiânia – Goiás, CEP 74884-120.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A CONTRATANTE deverá eleger um servidor da PR-GO para receber o treinamento de operação do sistema do Nobreak, pela CONTRATADA que o instruirá sobre os detalhes gerais sobre o uso do Nobreak, tais como: verificar alarmes em cada módulo ou via display central, como colocar os módulos em bypass automático ou em operação normal, como colocar em by-pass manual, como verificar características elétricas de entrada e saída de cada módulo ou via display central, como implementar e verificar alarmes via e-mail em um cpu remoto.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os serviços ora contratados obedecerão ao estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações assumidas na proposta apresentada pela contratada em ____/____/____ e a tudo mais quanto consta no Processo PR/GO nº **Pregão Eletrônico nº 15/2017**, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante se obriga a:

- a. permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA às áreas de trabalho, bem como de todos os equipamentos necessários à execução dos serviços.
- b. prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- c. efetuar os pagamentos referentes à nota fiscal respeitando os prazos e condições previstos neste contrato;
- d. emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

- e) comunicar à CONTRATADA, por escrito, as irregularidades ocorridas em relação ao objeto do contrato;
- f) notificar, por escrito, a contratada a aplicação de eventual multa;
- d) indicar e disponibilizar os locais onde serão entregues, montados e recebidos os bens adquiridos;
- e) relacionar-se com a contratada exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- f) prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;
- g) acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais; e,
- h) emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à contratada;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo do disposto no art. 66 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, atualizada, a CONTRATADA se obriga a:

- a) prestar os serviços em estrita conformidade com as especificações constantes do seu projeto executivo, do Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 15/2017** e, no que forem aplicáveis, com as normas que regulamentam os trabalhos em altura;
- b) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, assim como manter a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, devendo comunicar à contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da avença;
- c) arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE;
- d) Entregar os sistemas e os serviços objeto deste Termo em perfeito estado de funcionamento, mediante a correção dos defeitos e verificações técnicas necessárias, efetuando reparos, limpeza, bem como a substituição de peças/componentes com defeito, utilizando sinalização adequada, sempre que necessária, para cada tipo de serviço, inclusive no que diz respeito a isolamento de área de trabalho, visando à proteção de terceiros;
- e) Executar os serviços rigorosamente de acordo com as Normas Brasileiras, com as recomendações fornecidas pelos fabricantes dos



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

materiais e com os detalhes constantes deste Termo;

- f) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente e cumprir as determinações, normas e regulamentos estabelecidos pela CONTRATANTE;
- g) Responsabilizar e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus supervisores, inclusive para atendimento em casos de emergência;
- h) Obedecer às exigências da CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, horários de turnos, vistorias, bem como, quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança do Trabalho e ainda, a imediata correção das deficiências detectadas pela Fiscalização quanto à execução dos serviços contratados;
- i) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações/solicitações;
- j) Fornecer todos os equipamentos, ferramentas necessários à execução dos serviços contratados, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga e sua respectiva perda, bem como todo o material a ser utilizado diretamente na execução dos serviços;
- l) Manter seu pessoal devidamente identificado, através do uso de crachás, fornecendo-lhes uniforme completo e dentro dos padrões recomendáveis, em conformidade com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo da categoria;
- m) Responsabilizar a CONTRATADA pelos danos causados aos equipamentos e demais componentes dos sistemas descritos, decorrentes de falha e/ou negligência na manutenção ou operação, arcando com todas as despesas, inclusive o fornecimento e a substituição de peças que se verificarem necessárias ao restabelecimento das condições originais dos equipamentos, assumindo o ônus da garantia remanescente, quando for o caso;
- n) Instruir seus funcionários quanto à obrigatoriedade do cumprimento das normas e dos regulamentos da CONTRATANTE, sujeitando-se às regras de sigilo em relação a assuntos de que tomem conhecimento em decorrência da execução dos serviços, mesmo depois de terminada a vigência dos serviços contratual;
- o) A CONTRATADA deverá fornecer, às suas expensas, todos os equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI's e EPC's) a seus profissionais alocados na PR-GO, necessários à realização de suas



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

atividades, coerentes com a natureza dos trabalhos e com o grau de risco da prestação dos serviços;

p) Responsabilizar-se pelo ônus ocasionado por eventuais paralisações na execução dos serviços, determinadas pela Fiscalização, sempre que esta constatar a falta de EPI apropriado;

q) Efetuar todos os testes necessários para comprovar o correto funcionamento das instalações, após a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo de fornecimento, instalação e Start up do Nobreak será de até 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do 2º (segundo) dia após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços. Os equipamentos e a prestação dos serviços correspondentes à sua instalação deverão ser entregues/executados na Procuradoria da República em Goiás, localizada na Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 2, nº 500, Park Lozandes, Goiânia – Goiás, CEP 74884-120.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Os serviços serão recebidos pelos servidores da Seção de Manutenção e Serviços Gerais da seguinte forma:

a) **Provisoriamente**, posteriormente à conclusão dos serviços, através de termo circunstanciado, assinado pelas partes, após comunicação escrita da CONTRATADA e posterior comprovação pela fiscalização no prazo de até 10 (dez) dias da comunicação;

b) Para que a instalação seja aceita em caráter provisório, naquilo que diz respeito às obrigações da CONTRATADA, as seguintes condições deverão ser obedecidas:

bi) todos os serviços constantes neste termo de referência e anexos deverão estar executados;

bii) fornecimento, quando for o caso, de notas fiscais e certificados de garantia referentes a materiais e equipamentos instalados;

ciii) realização de testes dos equipamentos instalados para verificação de seu perfeito funcionamento, na presença da fiscalização da CONTRATANTE.

b) Definitivamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do Termo de Recebimento Provisório, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, não havendo problemas de nenhuma ordem, e;



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

c) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela perfeição e segurança do produto/serviços adquiridos. Do mesmo modo, também não exclui a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do presente contrato terá início na data de sua celebração e terminará na data do recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE a garantia de fabricante do material fornecido.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA prestará assistência técnica com garantia do produto e do serviço de instalação pelo período mínimo de 1 ano, durante o qual esta se obriga a reparar às suas expensas qualquer vício ou defeito que o bem venha a apresentar que possa ser atribuído a falhas ou defeitos de funcionamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E PAGAMENTO

O preço total a ser pago à contratada pela execução do objeto do presente contrato é de R\$ _____ (_____ valor por extenso _____), conforme tabela abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O **pagamento** será realizado em **2 parcelas**, por meio de depósito bancário e ocorrerá o primeiro valor, correspondente a 90% do valor da Nota Fiscal, **no recebimento provisório**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento daquele documento Fiscal pela Contratante, e 10% restantes **no recebimento definitivo**, desde que tal documento esteja em conformidade com o Anexo I do Edital **Pregão Eletrônico nº 15/2017**, devidamente acompanhado da documentação exigida pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A liberação para o pagamento da Nota fiscal de Serviços ficará condicionada ao atesto do Fiscal do Contrato, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei n.º 8.666/93, após vistoria *in loco* que avaliará se os serviços realizados estão a contento; caso contrário, será solicitado que sejam refeitos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Nota Fiscal deverá ser apresentada devidamente preenchida e discriminada em nome da Procuradoria da República em Goiás, constando seu CNPJ nº 26.989.715/0014-27.



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

PARÁGRAFO QUARTO

no caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga;

1. o atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas na obrigação anterior, não exime a empresa de promover o pagamento dos empregados pontualmente.

2. a data de emissão da ordem bancária em favor da CONTRATADA, será considerada como a do efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos consignados no orçamento geral do Ministério Público Federal para o ano de 2017.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para cobertura da despesa, foi emitida a nota de empenho nº _____, em ____ de _____ de 2017, no valor total de R\$ _____ (____valor por extenso ____).

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, erro, imperfeição ou mora na execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a CONTRATADA estará, segundo a extensão ou falta, sujeita às seguintes sanções administrativas, além de outras penalidades determinadas na Lei 8.666/93 ou na legislação de regência;

1. Advertência;

2. Multa;



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Procuradoria da República em Goiás, pelo prazo de até **02 (dois) anos**;

4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição limitada a **5 (cinco) anos** ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade da CONTRATANTE que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção mencionada com base no item **3**. A reabilitação da CONTRATANTE que sofrer esta penalidade poderá ser por esta requerida após **2 (dois) anos** de sua aplicação.

5. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a assinar o termo de contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DAS FALTAS

Para possibilitar a melhor aplicação das sanções estabelecidas no **caput** tendo por base os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da interpretação sistemática e teleológica e, ainda, da interpretação da lei conforme a Constituição, as irregularidades eventualmente cometidas pela CONTRATADA serão assim definidas:

1. FALTAS LEVES: caracterizadas pela execução irregular ou descumprimento de obrigações que não acarretem em prejuízos relevantes para a Administração, nem inviabilizem a prestação do serviço, puníveis com advertência;

2. FALTAS GRAVES: caracterizadas como aquelas que acarretem transtornos significativos à Administração ou que inviabilizem, total ou parcialmente, a execução do Contrato, notadamente em decorrência de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA, puníveis com advertência e suspensão;

3. FALTAS GRAVÍSSIMAS: caracterizam-se pela inexecução total das obrigações que acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando totalmente a execução do Contrato em decorrência de conduta dolosa da CONTRATADA, decorrente de



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

fraudes na licitação ou na execução do Contrato, puníveis com declaração de inidoneidade.

NOTA: Ao longo da vigência do contratual, o acúmulo de condutas faltosas cometidas de forma reiterada, de mesma classificação ou não, bem como as reincidências, ensejará a aplicação pela Administração de penalidades relacionadas às faltas de maior gravidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DA MULTA

As **Multas** serão aplicadas nas hipóteses de faltas leves, graves e gravíssimas, nas seguintes modalidades, sem prejuízo de outras sanções previstas neste Edital:

1. Moratória no percentual de 0,5 % (meio por cento) por dia de inadimplência, calculada sobre o valor global do contrato, limitada 10% (dez por cento) ou seja, por 20 (vinte) dias, caso a CONTRATADA não inicie o serviço no prazo estipulado e nas condições avençadas;
2. Moratória no percentual de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, pela inadimplência além do prazo mencionado no subitem 1. deste parágrafo o que poderá ensejar a rescisão do Contrato;
3. Moratória, no percentual de 0,5% (meio por cento) do valor total do Contrato, por dia de atraso, pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, até o limite máximo de 10% (dez por cento);
4. Compensatória de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato por **faltas graves** e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);
5. Compensatória de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, nas hipóteses de inexecução total deste, com ou sem prejuízo para a PR/GO;
6. Compensatória, em decorrência das infrações descritas na Tabela 2, considerando os graus e percentuais indicados na Tabela 1, limitada a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,20% do valor total do Contrato
2	0,40% do valor total do Contrato
3	0,80% do valor total do Contrato



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

4	1,00% do valor total do Contrato
5	1,50% do valor total do Contrato
6	5,00% do valor total do Contrato

Tabela 2

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Fornecer informação incorreta ou substituir os materiais e equipamentos existentes no posto de serviço sem autorização da fiscalização;	2	Por ocorrência
2	destruir ou danificar documentos, materiais e equipamentos pertencentes a CONTRATADA por culpa ou dolo de seus agentes;	3	Por ocorrência
3	utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do Contrato;	5	Por ocorrência
4	recusar-se a executar o serviço de acordo com as descrições contidas neste Contrato sem motivo justificado, de forma paliativa ou em caráter permanente;	5	Por ocorrência
5	permitir situação que possa causar ou cause dano físico, lesão corporal ou de consequências letais.	6	Por ocorrência
Para os itens a seguir, deixar de:			
6	iniciar os serviços em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Início dos Serviços;	3	Por ocorrência
7	prestar os serviços em estrita conformidade com as especificações constantes do Anexo I;	3	Por ocorrência
8	manter atualizada durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação;	1	Por ocorrência
9	ministrar treinamento de operação do sistema do Nobreak para servidor indicado pela PR-GO;	4	Por ocorrência
10	prestar garantia e assistência técnica durante o prazo contratado, mediante manutenção preventiva e corretiva, sem ônus para a CONTRATANTE, de acordo com a garantia do fabricante;	2	Por ocorrência
11	efetuar a manutenção corretiva, após a comunicação pela CONTRATANTE, em 48 horas após a ocorrência da pane, recolocando o equipamento defeituoso em seu perfeito estado de uso, com substituição de peças, ajustes e reparos necessários, executados de acordo com a garantia, com os manuais e com as normas técnicas específicas dos equipamentos;	3	Por ocorrência



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
12	cumprir normas internas ou determinação complementar da Fiscalização quanto a execução do serviço;	2	Por ocorrência
13	fornecer, quando solicitado, informações e dados técnicos, além de cópias de projetos dos sistemas prediais ficando a cargo da CONTRATADA a responsabilidade pela sua interpretação técnica;	2	Por ocorrência
14	arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato nas datas avençadas;	6	Por ocorrência
15	apresentar os funcionários devidamente identificados;	1	Por ocorrência
16	apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e bancária;	1	Por ocorrência
17	executar os serviços rigorosamente de acordo com as Normas Brasileiras, com as recomendações fornecidas pelos fabricantes dos materiais e com os detalhes constantes deste Termo;	2	Por ocorrência
18	entregar os sistemas e os serviços em perfeito estado de funcionamento, mediante a correção dos defeitos e verificações técnicas necessárias, efetuando reparos, limpeza, bem como a substituição de peças/componentes com defeito, utilizando sinalização adequada, sempre que necessária, para cada tipo de serviço, inclusive no que diz respeito a isolamento de área de trabalho, visando à proteção de terceiros;	4	Por ocorrência
19	fornecer todos os equipamentos, ferramentas necessários à execução dos serviços contratados, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga e sua respectiva perda, bem como todo o material a ser utilizado diretamente na execução dos serviços.	3	Por ocorrência

PARÁGRAFO SEGUNDO – DA SUSPENSÃO

A **Suspensão** nas hipóteses de **faltas graves e gravíssimas**, entre as quais:

1. Não apresentação, no prazo estabelecido neste Edital, dos documentos exigidos de forma provisória (via internet) ou definitiva (em original ou cópia autenticada);
2. Não assinatura da Ata de Registro de Preços ou não celebração do Contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

3. Não manutenção da proposta;
4. Retardamento injustificado na execução do seu objeto;
5. Reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;
6. Manutenção da inadimplência após vencido o prazo da Advertência
7. Falha grave na execução do Contrato;
8. Prática das irregularidades mencionadas nos itens **4, 8 e 17** da **Tabela 2** do subitem **6. do Parágrafo Primeiro desta Cláusula**;

PARÁGRAFO TERCEIRO – DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

A **Declaração de inidoneidade** nas hipóteses de **faltas gravíssimas**:

1. Comportar-se de modo inidôneo;
2. Cometer fraude fiscal;
3. Fraudar na execução do Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – DOS PRAZOS

A penalidade de **suspensão** poderá ser aplicada pelos seguintes prazos:

1. Por até **30 (trinta) dias**, pelo cometimento das faltas relativas aos subitens **5. e 6. do Parágrafo Segundo desta Cláusula**;
2. Por até **90 (noventa) dias**, pelo cometimento das faltas relativas aos subitens **1. e 2 do Parágrafo Segundo desta Cláusula**;
3. Por até **12 (doze) meses**, pelo cometimento das faltas relativas aos subitens **3. a 6. do Parágrafo Segundo desta Cláusula**;
4. Por até **24 (vinte e quatro) meses**, por falhar gravemente na execução do serviço (faltas relativas aos subitens **7. e 8. do Parágrafo Segundo desta Cláusula**).

PARÁGRAFO QUINTO – DA APLICAÇÃO DA PENA DE INIDONEIDADE

A penalidade de **inidoneidade** será aplicada por até **5 (cinco) anos** quando:

1. A licitante apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados no Contrato, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

2. Praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da contratação;
3. Comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEXTO – DO PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

1. O atraso injustificado na execução do Contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, bem como não manter atualizada todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, deverá ensejar a rescisão do Contrato, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa nos percentuais e graduações aplicáveis à ocorrência;
2. As multas aplicadas serão descontadas da Fatura/Nota Fiscal, da garantia ou de crédito existente na PR/GO em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior aos créditos existentes, a CONTRATADA deverá recolhê-las, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante GRU em favor da Procuradoria da República no Estado de Goiás, a contar da data da comunicação oficial para pagamento. No caso de não pagamento, o valor complementar será cobrado judicialmente, consoante o disposto no § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescido de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês;
3. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, e a solicitação dilatória deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar;
4. O pedido de prorrogação do prazo para início da execução do serviço não terá efeito suspensivo e deverá ser encaminhado por escrito, antes de expirado o prazo contratual, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA, competindo ao Secretário Estadual da PR/GO a concessão da prorrogação pleiteada;
5. Compete ao Secretário Estadual da PR/GO a aplicação das penalidades previstas nos itens **1. e 2. do caput desta Cláusula**; ao Procurador-chefe da PR/GO, a penalidade prevista no subitem **3. do caput desta Cláusula** e, ao Procurador-Geral da República, a prevista no subitem **4 do caput desta Cláusula**;
6. Da aplicação das penalidades previstas nos itens **1., 2. e 3. do caput desta Cláusula**, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia - Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado. Da penalidade prevista no subitem **4. do caput desta Cláusula**, caberá pedido de reconsideração de decisão ao Senhor Procurador-Geral da República, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato;

7. As sanções de multa poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas no subitem **1. do caput desta Cláusula**, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do CONTRATADO no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a empresa licitante deverá ser descredenciada daquele Sistema por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

9. Além do SICAF, as penalidades previstas nos subitens **3. e 4. do caput desta Cláusula**, serão também obrigatoriamente registradas no CIES, e conterão as seguintes informações, nos termos da Portaria CGU 516, de 15.03.2010:

- a)** O órgão ou unidade aplicador da penalidade;
- b)** Razão social e nº do CNPF/CPF do apenado;
- c)** Data da aplicação e data final da vigência do efeito limitador ou impeditivo da sanção;
- d)** O tipo da sanção;
- di)** A data final de que trata a alínea 'c' ficará em aberto no caso de sanção cujo efeito limitador ou impeditivo dependa de reabilitação da CONTRATADA junto a CONTRATANTE e desde que não mais perdurem os motivos determinantes da punição;
- e)** Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos subitens **3. e 4. desta Cláusula**, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

A CONTRATADA se declara ciente, aceitando e reconhecendo o direito da contratante de rescindir o presente instrumento, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, no caso de sua inexecução total ou parcial, conforme previsto no artigo 77 da Lei nº 8.666/93, atualizada. O contrato poderá,



SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Avenida Olinda, Edifício Rosângela Pofahl Batista, Quadra G, Lote 02, Park Lozandes. Goiânia -
Goiás. CEP: 74884-120 Fone: (62) 3243-5449

ainda, ser rescindido na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, observados os preceitos dos artigos 79 e 80, todos do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

O(s) empregado(s) e prepostos da CONTRATADA não terão quaisquer vínculos empregatícios com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos com base nos princípios e regras do Direito Civil e Direito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária da Capital do Estado de Goiás, para dirimir as questões derivadas deste contrato.

E, por estarem de acordo, lavraram o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelas partes e testemunhas abaixo.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

<nome completo do Coordenador>

<nome do representante>

Testemunhas:

<nome completo>
CPF nº <número>

<nome completo>
CPF nº <número>

Aprovação: _____ / _____ / 2017
Procurador-Chefe